

016

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA

SESSÕES TEMÁTICAS



ACESSO DA POPULAÇÃO POBRE A TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS NA BAHIA

Andréa Braz da Costa (UESB)¹

RESUMO:

Uma das linhas de discussão em torno das formas de intervenção da política social brasileira é a polêmica em torno da focalização e universalização das políticas públicas, presente no debate nas últimas décadas. No Brasil, nas últimas décadas o combate à pobreza no país foi caracterizado pelo fortalecimento das ações da assistência social principalmente através da concessão de transferência de renda às famílias consideradas pobres no país. O objetivo do artigo é analisar o acesso da população pobre a transferência de renda e a bens e serviços públicos na Bahia, apresentando dados também de Nordeste e Brasil. Para tanto, são utilizados microdados da PNAD 2004 e 2006 e Censo Demográfico 2010. Os dados são analisados a partir de dois grupos: que receberam dinheiro de algum tipo de programa social (grupo 1) em relação aquele que não recebeu (grupo 2). A análise dos dados apresenta um quadro que confirma a existência de diferenças de acesso aos serviços públicos para aqueles que são alvo de programas sociais e que são considerados pobres. Os dados de todos os anos estudados ressaltam o quanto longo é o caminho tendo como meta a universalização do acesso, não só de quem recebe benefícios sociais, mas dos demais também. Estamos longe de afirmar que atingimos a universalização. Na ação pública é preciso utilizar estratégias de universalização e focalização ao modo destado por Kernstetetzky (2008), de modo a não produzi-las como antagônicas (o que tem sido a prática mais comum), mas como associadas.

Palavras-Chave: Acesso a serviços públicos. Bahia. Políticas Públicas. Transferência de Renda.

¹ Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Política e Sociedade – NETPS.
E-mail: andrea.braz@uesb.edu.br

Abstract: One of the lines of discussion about the forms of intervention of Brazilian social policy is the controversy around the focus and universalization of public policies, present in the debate in the last decades. In Brazil, in the last decades the fight against poverty in the country was characterized by the strengthening of social assistance actions mainly through the granting of income transfer to families considered poor in the country. The purpose of this article is to analyze the access of poor people to income transfer and public goods and services in Bahia, presenting data also from Northeast and Brazil. For that, PNAD 2004 and 2006 microdata and Demographic Census 2010 are used. Data are analyzed from two groups: they received money from some kind of social program (group 1) in relation to the one that did not receive (group 2). The analysis of the data presents a framework that confirms the existence of differences in access to public services for those who are targeted by social programs and who are considered poor. The data of all the years studied emphasize how long the path is having as goal the universalization of access, not only of those who receive social benefits, but of the others as well. We are far from affirming that we have reached universalization. In public action it is necessary to use strategies of universalization and targeting in the way that Kernstenezky (2008) has designed, so as not to produce them as antagonistic (which has been the most common practice), but as associated.

Key words: Access to public services. Bahia. Public policy. Transfer of Income.

INTRODUÇÃO

Uma das linhas de discussão em torno das formas de intervenção da política social brasileira é a polêmica em torno da focalização e universalização das políticas públicas, presente no debate nas últimas décadas. Isso foi motivado em grande parte a um contexto de disputa de concepções de intervenção do Estado, em que as ideias neoliberais ganhavam força em toda a América Latina e adentravam no Brasil na forma de uma proposta para resolver os problemas brasileiros. Sem entrar em maiores detalhes, nesse momento, basta destacar que nas propostas consideradas como neoliberais os programas de transferência de renda sinalizavam para o fortalecimento de políticas focalizadas do Estado tendo em vista a “eminente” necessidade de este ser reduzido em seu tamanho, papel e funções.

Em contraponto a esta perspectiva, diversos autores brasileiros – dentre eles, Soares (2001), Soares e Setubal (2004), Gimenez (2005), Behring e Boschetti (2007), Lavinias e Garson (2003) e Pochmann (2007) – desenvolveram suas argumentações na intenção de fortalecer os princípios da universalização das políticas sociais, por entender que o Estado para atacar o problema da pobreza, sem descartar o uso de políticas focalizadas, não pode deixar de esforçar-se também nas políticas universais. Essa defesa da coexistência dos dois tipos de política social na contemporaneidade brasileira é importante, pois a sua interação pode, no caso do Brasil, dar continuidade à universalização de serviços públicos que ainda não estão acessíveis a toda a população ao mesmo tempo em que se tenta corrigir de maneira focalizada o que a universalização não atendeu ainda de forma satisfatória.

No Brasil, nas últimas décadas o combate à pobreza no país foi caracterizado pelo fortalecimento das ações da assistência social principalmente através da concessão de transferência de renda às famílias consideradas pobres no país. Esta focalização nas famílias pobres (considerando um determinado corte de renda) é o nosso ponto de partida, pois através do estudo deste público-alvo será possível acompanhar as possíveis relações entre a ação da focalização e da universalização. Por isso, o objetivo do artigo é analisar o acesso da população pobre a transferência de renda e a bens e serviços públicos na Bahia, apresentando dados também de Nordeste e Brasil. Para tanto, são utilizados microdados da PNAD 2004 e 2006 e Censo Demográfico 2010. Os dados são analisados a partir de dois grupos: que receberam dinheiro de algum tipo de programa social (grupo 1) em relação a aquele que não recebeu (grupo 2). Utilizou-se para a construção da análise das condições de acesso a serviços públicos na Bahia estratégias de análise univariadas e bivariadas para obter aproximações ao objeto de análise, avaliando os níveis de cobertura dos serviços públicos, mas não só a eles, analisando também variáveis relativas a trabalho e rendimento.

Para tanto, o artigo está dividido em 5 seções, contando inclusive com esta introdução, nas quais são apresentadas as discussões e algumas considerações amparadas nas análises iniciais sobre acesso a bens e serviços públicos na Bahia.

O ESTADO DE BEM ESTAR BRASILEIRO

A revisão bibliográfica realizada possibilitou o levantamento de referências fundamentais na caracterização e compreensão da histórica deficiência das políticas sociais no que tange a proteção social brasileira. Nesta discussão foram fundamentais as contribuições de Santos (1994), Draibe (1989) e Medeiros (2001) para auxiliar no entendimento da trajetória do “Estado de Bem-Estar brasileiro” que foi marcado, desde sua origem pela sua insuficiência em atender toda a população, tendendo a agravar ainda mais as desigualdades preexistentes.

Medeiros (2001) identifica pontos cruciais da trajetória do “Estado de Bem-Estar brasileiro” no século XX e afirma que este Estado inicia-se com traço populista e corporativista até a chegada da ditadura militar, e a partir daí novas formas de atuação da política social são inauguradas, consideradas pelo autor como de caráter compensatório e produtivista, mantendo, no entanto, o traço fragmentado das políticas sociais, centralizado e o seu alcance insuficiente para o atendimento da população. Draibe (1989), uma das estudiosas da proteção social brasileira, em consonância com estas constatações, utilizou a tipologia de Titmus, e denominou o Welfare State brasileiro de “meritocrático-particularista-clientelista”.

Segundo Medeiros (2001, p.15) este tipo tende “[...] no limite, a reforçar as desigualdades preexistentes, tendo em vista que indivíduos com maior dificuldade para satisfazer as suas necessidades são também indivíduos com menor capacidade para contribuir para o sistema de seguridade”. Tendo em vista que uma fração reduzida da população – o que Medeiros aponta como os “[...] trabalhadores do núcleo dinâmico da economia, [...] funcionários do Estado, do setor financeiro, trabalhadores da indústria e de setores a ela relacionados” (2001, p.15) – tinha acesso à renda e a serviços públicos, era de se esperar que as desigualdades só tendessem a se agravar. Analisando a política social brasileira deste período, Santos (1994) constrói o conceito central em seu livro, o de “cidadania regulada”, o qual tornou-se referência nas discussões do tema. Ao analisar o período pós-30 no que tange a política econômica-social brasileira o autor destaca que “[...] a extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por extensão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. [...] tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja a ocupação a lei desconhece” (1994, p.68). E para fechar esta compreensão Santos ainda menciona um aspecto relevante para a nossa reflexão: “a associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho [...]” (1994, p.68). Nesse sentido, percebe-se que na ação da política social do período de institucionalização do Estado de Bem-estar brasileiro, a ideia de cidadania também era limitada.

O debate em torno do *Welfare State* não surge originalmente no Brasil, mas sim fora dele a partir de meados do século XX em meio a uma consolidação e institucionalização de um conjunto de programas de proteção social que ocorre principalmente nos países capitalistas desenvolvidos. As explicações sobre as diversas formas de origem e desenvolvimento do *Welfare State* consolidam uma coleção bem diversificada de análises e podem ser encontradas em Arretche (1995). É a partir dessas análises que chegamos à discussão de políticas universais e focais.

Consideradas como tipos de ação das políticas sociais, essas são muito relacionadas aos tipos de *Welfare State*, de maneira genérica, e na literatura representaram uma dicotomia: de um lado, o tipo de Estado que interveem mais no social, que oferta mais serviços sociais para toda a população indistintamente – desenvolvendo políticas universais, era o caso do *Welfare State* social-democrata, de acordo com a tipologia de Esping-Andersen (1991) –, e de outro lado, o tipo de Estado que seleciona o seu público-alvo, que minimiza sua intervenção sob pena de criar distorções no mercado e de prejudicar a liberdade de escolha do indivíduo – desenvolvendo políticas focais, é o caso do *Welfare State* liberal, de acordo com a tipologia de Esping-Andersen (1991).

O que foi possível identificar nas leituras é que conceitos como o de universalização e focalização estão intrinsecamente colados à perspectiva de entendimento dos papéis do Estado na sociedade, das formas de distribuição do excedente, do papel do indivíduo, da família, aos critérios de justiça etc., dentro de um contexto de capitalismo, que não estão desligados de outros fatores envolvidos como a luta de classes, na conformação de diversos tipos de Estados de Bem-Estar em todo o mundo.

Inserida dentro destas diferentes concepções de intervenção no social através de programas sociais, as transferências de renda também são definidas a partir das concepções mencionadas. As principais referências exploradas foram Vanderborght e Parijs (2006), Friedman (1988), Draibe (1993) e Silva (1997) para entender as experiências internacionais e as teorias construídas a este respeito e Suplicy (2002), Silva, Yasbek e Giovanni (2008), Silva e Lima (2010), Kerstenetzky (2008), Diniz (2007) para abordar as especificidades do Brasil ao implantar o Programa Bolsa Família, em um contexto econômico e político específico.

ASPECTOS DA UNIVERSALIZAÇÃO E FOCALIZAÇÃO

Uma das linhas de discussão em torno das formas de intervenção da política social brasileira é a polêmica em torno da focalização e universalização das políticas públicas, presente no debate nas últimas décadas. Isso foi motivado em grande parte a um contexto de disputa de concepções de intervenção do Estado, em que as ideias neoliberais ganhavam força em toda a América Latina e adentravam no Brasil na forma de uma proposta para resolver os problemas brasileiros. Sem entrar em maiores detalhes, nesse momento, basta destacar que nas propostas consideradas como neoliberais os programas de transferência de renda sinalizavam para o fortalecimento de políticas focalizadas do Estado tendo em vista a “eminente” necessidade de este ser reduzido em seu tamanho, papel e funções.

Em contraponto a esta perspectiva, diversos autores brasileiros – dentre eles, Soares (2001), Soares e Setubal (2004), Gimenez (2005), Behring e Boschetti (2007), Lavinias e Garson (2003) e Pochmann (2007) – desenvolveram suas argumentações na intenção de fortalecer os princípios da universalização das políticas sociais, por entender que o Estado para atacar o problema da pobreza, sem descartar o uso de políticas focalizadas, não pode deixar de esforçar-se também nas políticas universais. Essa defesa da coexistência dos dois tipos de política social na contemporaneidade brasileira é importante, pois a sua interação pode, no caso do Brasil, dar continuidade à universalização de serviços públicos que ainda não estão acessíveis a toda a população ao mesmo tempo em que se tenta corrigir de maneira focalizada o que a universalização não atendeu ainda de forma satisfatória.

Nessa perspectiva, Kernstenezky (2008) contribui com o debate classificando a focalização em três tipos, a partir de sua associação ou não a universalização: focalização como residualismo, focalização como condicionalidade e focalização como ação reparatória. Verifica-se que a focalização como condicionalidade e como ação reparatória guardam relação com a universalização não sendo excludentes na arena de ação pública. Isso reforça a ideia de que falar em focalização não necessariamente pode ser ligada somente a focalização como residualismo (a associação mais comum).

Como afirma Kernstenezky (2008), em sociedades desiguais as políticas sociais devem também ter um componente de focalização com o intuito de tornar efetivos direitos universais que por algum motivo não o são para determinados grupos populacionais. Entende-se neste artigo que esta forma de compreensão da focalização pode auxiliar no entendimento das ações contemporâneas da política social do Estado, na medida em que não simplifica o papel desta.

No Brasil, nas últimas décadas o combate à pobreza no país foi caracterizado pelo fortalecimento das ações da assistência social principalmente através da concessão de transferência de renda às famílias consideradas pobres no país. Esta focalização nas famílias pobres (considerando um determinado corte de renda) é o nosso ponto de partida, pois através do estudo deste público-alvo será possível acompanhar as possíveis relações entre a ação da focalização e da universalização.

Por isso, o objetivo do artigo é analisar o acesso da população pobre a transferência de renda e a bens e serviços públicos na Bahia, apresentando dados também de Nordeste e Brasil. Para tanto, são utilizados microdados da PNAD 2004 e 2006 e Censo Demográfico 2010. Os dados são analisados a partir de dois grupos: que receberam dinheiro de algum tipo de programa social (grupo 1)² em relação aquele que não recebeu (grupo 2). Utilizou-se para a construção da análise estratégias de análise univariadas e bivariadas para obter aproximações ao objeto de análise, avaliando os níveis de cobertura dos serviços públicos, mas não só a eles, analisando também variáveis relativas a trabalho e rendimento. Alguns resultados são apresentados na próxima seção.

ACESSO A BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS NA BAHIA

Um dos estudos que trataram do acesso à população mais pobre a serviços públicos na Bahia foi desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (SEI, 2008). Nesta pesquisa foi realizado um *Survey* aplicado aos 40% mais pobres da população de Salvador resultando em uma análise ampla e detalhada para avaliar o grau de acesso da população pobre. Foram analisadas as políticas de educação, infra-estrutura urbana, saúde, justiça e transferência de renda a partir de análises univariadas e multivariadas. Alguns resultados apontam que há uma segregação residencial quando se trata de acesso a serviços públicos da população mais pobre, por outro lado, também aponta para o impacto redistributivo de políticas de transferência de renda, pois esta atinge “[...] de forma homogênea, pobres residentes em regiões mais ricas e mais carentes” (SEI, 2008, p.108). O fato é que estudos como esse são necessários para que possamos avaliar aspectos das políticas públicas de modo contínuo para possibilitar o acesso a todas e todos.

No entanto, cabe destacar que as considerações apresentadas neste artigo não objetivam chegar a esse nível de profundidade da pesquisa da SEI, pois a base de dados explorada se refere a dados secundários produzidos pelo IBGE em duas de suas pesquisas principais (PNAD e Censo). Desse modo, são apresentados resultados preliminares de análises univariadas e bivariadas com o objetivo de descrever e explorar as características da população pobre beneficiária de programas sociais no que tange ao acesso a bens e serviços públicos. Nesse sentido, partimos para algumas considerações ao analisar alguns dados.

² De acordo com a PNAD, essa informação se refere a “[...] classificação das unidades domiciliares quanto ao recebimento de dinheiro de algum programa social do governo federal, estadual ou municipal (auxílio-gás; bolsa-família; cartão-alimentação do programa fome zero; bolsa-alimentação; benefício assistencial de prestação continuada - BPC-LOAS recebido por pessoa que atendia aos pré-requisitos para receber o benefício ou não; programa de erradicação do trabalho infantil - PETI; bolsa-escola ou outro programa social) por algum morador, no mês de referência da pesquisa, em: recebem (de somente um programa ou de mais de um programa) ou não recebem” (PNAD, 2006).

Com base na PNAD 2004, 20,3% da população morava em domicílios em que algum morador recebeu dinheiro de programa social do governo, no Brasil. Se considerarmos a distribuição urbana e rural, a maioria desta população encontra-se na zona urbana, com 13,65% (que representa 67% da população beneficiária), e a rural com 6,73% (33% da população beneficiária). Todavia, se olharmos os dados de outro ângulo – para a participação da população rural relativa ao grupo 1, em relação ao seu total rural e, da mesma forma, os dados da população urbana –, verificamos que é a população rural que apresenta o maior percentual (39,3%) em comparação com a urbana (16,5%).

De acordo com os dados do SAGI (2019) no ano de 2004, o número de benefícios por região demonstra que mais da metade de todos os benefícios (50,5%) se concentrava na região Nordeste.

A PNAD nos possibilita conhecer características dos domicílios. Vejamos a seguir, na Tabela 1 as características de acesso aos serviços públicos dos moradores que receberam ou não dinheiro de programas social.

Tabela 1 – Características de acesso dos moradores, de domicílios particulares permanentes, aos serviços públicos que receberam ou não dinheiro de programa social – percentual da população – 2004 (%)

Serviços públicos	Percentual da população com acesso a determinados serviços públicos		
	Brasil	Nordeste	Bahia
Receberam dinheiro de programa social			
Coleta de lixo	63,3	54,2	55,9
Abastecimento de água de rede geral	88,4	88,7	87,7
Esgotamento sanitário adequado	48,2	42,3	47,6
Iluminação elétrica	92,2	90,3	86,2
Não receberam dinheiro de programa social			
Coleta de lixo	87,7	76,1	73,5
Abastecimento de água de rede geral	89,3	92,5	93,1
Esgotamento sanitário adequado	75,4	58,4	60,9
Iluminação elétrica	97,4	93,9	90,5

Fonte: Microdados da PNAD 2004 (PNAD, 2006)

Com relação as características de acesso aos serviços públicos dos moradores, observa-se que o acesso é maior para Brasil, enquanto que a Bahia se mostra com o maior número de percentuais inferiores de acesso nos dois grupos. O único serviço público que está próximo de atingir o seu total é a iluminação elétrica, no entanto, a Bahia tem os menores percentuais.

É visível a diferença dos percentuais quando comparamos a população que recebeu algum dinheiro de programa social com a população que não recebeu. De fato, a população mais desprovida de serviços públicos é realmente aquela considerada pobre (pelo corte de renda), beneficiária de algum programa social do governo.

Vejamos agora características com relação ao acesso a bens duráveis desta população na Tabela 2, a seguir. No que se refere ao acesso a um conjunto de bens duráveis (geladeira, máquina de lavar roupa, rádio, televisão em cores e microcomputador) as discrepâncias entre o grupo que recebeu e não recebeu algum benefício também são visíveis. Seguindo a mesma lógica da tabela anterior, os menores percentuais estão na Bahia e em seguida no Nordeste. O que pode ser destacado aqui é a intensidade das discrepâncias entre os dois grupos, a diferença se mostra muito mais forte entre os grupos quando se refere a bens duráveis, isso porque a aquisição destes pressupõe renda dos indivíduos e como já vimos esse é um aspecto crucial que define a separação destes grupos. O item que apresenta menores percentagens nos dois grupos é o acesso a microcomputador, que variam entre 0,5 e 19,6 %, ainda assim permanecem as diferenças gritantes entre os grupos.

Tabela 2 – Características de acesso dos moradores, de domicílios particulares permanentes que receberam ou não dinheiro de programa social, a alguns Bens Duráveis – percentual da população – 2004 (%)

Bens Duráveis	Percentual da população com acesso a determinados bens duráveis		
	Brasil	Nordeste	Bahia
Receberam dinheiro de programa social			
Geladeira	70,4	60,5	55,9
Máquina de lavar roupa	7,0	2,0	2,6
Rádio	81,8	79,6	82,4
Televisão em cores	73,6	68,8	64,7
Microcomputador	1,0	0,5	0,7
Não receberam dinheiro de programa social			
Geladeira	90,7	77,3	73,3
Máquina de lavar roupa	39,5	15,0	14,3
Rádio	89,5	82,9	83,2
Televisão em cores	90,2	80,4	76,4
Microcomputador	19,6	10,2	10,3

Fonte: Microdados da PNAD 2004 (PNAD, 2006)

Em relação ao rendimento, a PNAD destaca que o rendimento mediano mensal de todos os domicílios no Brasil situou-se em torno de R\$ 810,00. Mas quando verificamos em separado o grupo 1 e o grupo 2 as diferenças já apontadas se repetem: grupo 1 (R\$476,00) e grupo 2 (R\$990,00)³. Na comparação entre as regiões, o Nordeste aparece com a menor renda mediana domiciliar para todos os domicílios (R\$520,00) e para os domicílios que recebem dinheiro de programa social (R\$401,00). Já a Bahia ficou acima da renda da região nordeste que ficou em torno de R\$ 435,00 para os domicílios que receberam benefícios. Isso justifica o grande volume de famílias contempladas com transferências no Nordeste, tendo em vista que ao considerar a renda seja esta região a mais pobre.

É também nos domicílios contemplados por programas sociais que são identificados o maior número médio de moradores (5,69) enquanto que nos outros domicílios a média é menor (4,03). Na distribuição entre as regiões também se reproduz essa diferença entre os dois grupos, sendo o Norte e o Nordeste com as maiores médias de moradores por domicílio. Na Bahia esse número é de 5,82 moradores por domicílios no grupo que recebe benefícios e 4,2 no grupo que não recebe benefícios.

No que concerne a faixa etária característica dos grupos analisados, vejamos a Tabela 3, exposta a seguir. Verifica-se que, para o Brasil, o grupo 1 tem praticamente metade de sua população representada por crianças e adolescentes (faixa de 0 a 17 anos – 49,5%) o que não se repete no grupo 2 que tem neste um contingente de crianças e adolescentes bem menor (28,8%). Esta diferença entre os grupos também se destaca na última faixa (65 anos ou mais), todavia, apresentando um percentual maior de pessoas idosas para o grupo 2 (7,7%). Na faixa de 18 a 39 anos a diferença entre os dois grupos é menor.

³ Para efeito de comparação, considerando que o salário mínimo vigente em 2004 foi de R\$260,00 temos, respectivamente, 1,8 salários mínimos e 3,8 salários mínimos.

Tabela 3 – Distribuição da população residente, por grandes regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade – 2004 (%)

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Distribuição da população residente (%)		
	Brasil	Nordeste	Bahia
Receberam dinheiro de programa social			
0 a 17 anos	49,5	48,0	48,5
18 a 39 anos	31,0	31,8	31,3
40 a 64 anos	17,1	17,4	17,5
65 anos ou mais	2,5	2,8	2,6
Não receberam dinheiro de programa social			
0 a 17 anos	28,8	29,3	28,7
18 a 39 anos	37,5	39,0	40,0
40 a 64 anos	25,9	23,0	22,8
65 anos ou mais	7,7	8,7	8,5

Fonte: Microdados da PNAD 2004 (PNAD, 2006)

Esse contingente mais significativo de crianças e jovens nos domicílios do grupo 1 aponta para uma característica dos domicílios pobres, a alta razão de dependência, conceito muito utilizado pelos demógrafos⁴. O cálculo para os dois grupos, em relação ao Brasil, demonstra que, no grupo 1, para cada pessoa em idade ativa há 0,764 dependente, e para o grupo 2 para cada pessoa em idade ativa há 0,456 dependente, ou seja, para o grupo beneficiário de programas sociais há uma proporção de dependentes maior do que no outro grupo, e como vimos na Tabela 3, no grupo 1 os dependentes referem-se muito mais às crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos). Nesse sentido, verifica-se então que nos domicílios que possuem menor acesso a serviços públicos, bens duráveis e renda – o caso do grupo 1 – maior é o número de crianças e adolescentes.

Diversos estudos já ressaltaram esta característica ao estudar a fecundidade das mulheres levando em consideração a ocupação a que pertencem, o nível de renda, o nível educacional, o bairro em que moram, dentre outras características. E ao observar estes aspectos confirma-se que o comportamento reprodutivo pode variar segundo a condição socioeconômica das mulheres (DIAS JUNIOR, 2008; YAZAKI, 2008 entre outros).

Yazaki (2008) destaca em seu estudo no município de São Paulo que “a curva da fecundidade é mais rejuvenescida nos grupos menos instruídos, assim como nos menos favorecidos da população. Ela destaca um grupo de mulheres residentes em região periférica do município de São Paulo (Parelheiros) e outro grupo de mulheres residentes em região mais favorecida da capital (Pinheiros) para constatar que a curva de fecundidade das mulheres do primeiro grupo tem uma estrutura mais rejuvenescida. Por outro lado, o outro grupo composto por “[...] mulheres mais instruídas ou mais privilegiadas da população, a fecundidade é baixa e tardia, concentrando-se no grupo de mulheres com mais de 30 anos [...]” (2008, p.4)⁵.

Como vimos na Tabela 3, praticamente 50% da população residente em domicílios do grupo 1 são crianças e adolescentes, o que aponta para a necessidade de políticas públicas específicas para esse grupo, pois veremos adiante que outros déficits de acesso são identificados.

No que diz respeito a rendimento domiciliar, na Tabela 4, apresentada a seguir, é possível visualizar que no grupo 1, para o Brasil, 70,6% recebe até ½ salário mínimo e 24,6% está na faixa que se segue (de ½ a 1 salário mínimo), isso significa dizer que a quase totalidade (95%) tem renda domiciliar per capita de até 1 salário mínimo⁶. Para a região Nordeste e para a Bahia este percentual é ainda maior, 97,3% e 96,4%, respectivamente. Verifica-se, por outro lado, que no 2º grupo 49,8% recebe até 1 salário mínimo. Neste grupo o nível de renda per capita se concentra mais na 4ª e 5ª faixa, enquanto que no grupo 1 essa concentração se dá na 2ª e 3ª, reforçando assim as diferenças existentes entre estes grupos, muito embora seja bem visível que a distribuição dos dois grupos nos mostre que a renda domiciliar per capita no país ainda esteja em patamares baixos para a maioria da população.

⁴ Segundo o IBGE razão de dependência é “o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade)” (IBGE, 2011)

⁵ Essa constatação é feita no sentido de apontar as características de um grupo mais fragilizado (os que recebem dinheiro de programa social).

⁶ É preciso lembrar que nesta renda estão contabilizadas todas as rendas, inclusive aquela provinda de benefícios.

A partir da Tabela 4, a seguir, pode-se levantar alguns aspectos relativos a focalização nos mais pobres. No grupo 1 percebe-se que quanto maior a faixa de rendimento menor será a possibilidade de existência de beneficiários. A maior parte da população recebe rendimentos de até 1 salário mínimo. De modo inverso, no grupo 2, a maior parte da população não está nas primeiras faixas de rendimento, mas nas intermediárias, o que indica uma direção coerente da focalização, tendo em vista que a renda familiar é central na definição dos beneficiários. Contudo, o exame mais detalhado destes dados, aponta que ainda podemos identificar parte do público-alvo que não recebe benefícios (no grupo 2, a existência de população nas três primeiras classes de rendimento) e também população com renda familiar per capita acima de R\$100,00⁷ que moram em domicílios beneficiados (no grupo 1, população que possui renda familiar per capita a partir de ½ s.m. acima).

Tabela 4 – Distribuição da população residente, por grandes regiões e Brasil, segundo as classes de rendimento domiciliar per capita e recebimento ou não de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência 2004 (%)

Recebimento de dinheiro de programa social do governo e classes de rendimento domiciliar per capita	Distribuição da população residente (%)		
	Brasil	Nordeste	Bahia
Receberam dinheiro de programa social			
Sem rendimento (1)	-	-	-
Até ¼ s.m.	31,0	39,8	34,4
Mais de ¼ a ½ s.m.	39,6	39,4	43,0
Mais de ½ a 1 s.m.	24,6	18,1	19,0
Mais de 1 a 2 s.m.	4,3	2,5	3,2
Mais de 2 a 3 s.m.	0,3	0,1	0,2
Mais de 3 a 5 s.m.	0,1	0,1	0,1
Mais de cinco s.m.	0,1	0,0	0,0
Não receberam dinheiro de programa social			
Sem rendimento (1)	1,1	1,5	1,5
Até ¼ s.m.	6,4	15,5	14,7
Mais de ¼ a ½ s.m.	14,4	23,0	23,0
Mais de ½ a 1 s.m.	27,9	30,0	31,5
Mais de 1 a 2 s.m.	26,6	17,2	17,4
Mais de 2 a 3 s.m.	9,8	5,2	5,2
Mais de 3 a 5 s.m.	7,5	4,0	3,6
Mais de cinco s.m.	6,3	3,7	3,1

Fonte: Microdados da PNAD 2004 (PNAD, 2006)

(1) Inclusive nos domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Com relação ao que ocorre no grupo 2, de fato, não foi em 2004 que foi atingida a meta de beneficiar 11,2 milhões de famílias através da criação do Programa Bolsa Família (MDS, 2010). Os dados da PNAD 2004 nos indicam que considerando os programas remanescentes e o Programa Bolsa Família, cerca de 8,9 milhões de famílias⁸ recebiam algum tipo de benefício provindo de programas sociais. Como tratava-se de um programa recente a ser desenvolvido em todos os municípios brasileiros, era de se esperar que esta meta não fosse realizada no primeiro ano⁹. Talvez por isso a existência no grupo 2 de potenciais beneficiários.

⁷ Como são diferentes os programas de transferência de renda considerados aqui (Auxílio Gás, Bolsa Família, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação PET e Bolsa Escola), diferentes também são os valores da renda mensal familiar per capita utilizada. Para fins de simplificação citamos aqui apenas os valores considerados no Programa Bolsa Família, pois este valor se aproxima dos demais. Em 2004 as famílias beneficiárias deste programa, com renda per capita familiar de até R\$ 50,00 (famílias extremamente pobres) ou de até R\$100,00 (famílias pobres) atendiam ao pré-requisito básico para o recebimento do benefício. Tendo em vista que o salário mínimo vigente a partir de maio de 2004 era de R\$ 260,00, considerando as faixas do grupo 2, nas duas primeiras mais fortemente e uma parcela da terceira podem existir potenciais beneficiários.

⁸ Considerando uma média de quatro pessoas por família.

⁹ A meta foi alcançada em 2006.

Já no que diz respeito à existência de população residente em domicílios que possuem renda domiciliar acima de R\$ 100,00 no grupo 1, podemos levantar algumas considerações. Primeiro, seria possível concluir a partir desta informação que a focalização tem sido deficiente. Contudo, é preciso considerar que estamos nos referindo a uma população de baixa renda que, embora tenha cerca de 91% de sua População Economicamente Ativa ocupada¹⁰, está inserida no mercado de trabalho de forma precária, o que torna bem mais complexa a mensuração do rendimento destas famílias.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 5, a seguir, para o Brasil, mais da metade dos ocupados (56%), que moram em domicílios que recebem programas sociais, estão ocupados nas seguintes posições: 'Outros empregados sem carteira', 'Trabalhador doméstico sem carteira' e 'Conta própria'. A Bahia possui uma participação de aproximadamente 59%. Nestas ocupações não é assegurado legalmente aos indivíduos direitos trabalhistas mínimos como férias, salário mínimo, previdência social, folga semanal, etc., ocupações estas consideradas como informais. As ocupações com carteira apenas somam 16,2%, sendo bem menor na região Nordeste e na Bahia, 10,7% e 9,8%, respectivamente, o que aponta o alto grau de vulnerabilidade da população deste grupo, pois sem garantias mínimas de direitos trabalhistas temos consideráveis grupos populacionais sobrevivendo com renda baixa, instável ou até mesmo esporádica. Nesse sentido, a comprovação da renda destas ocupações informais se apresenta como complexa, o que reforça ainda mais a necessidade de considerar outros aspectos no momento de selecionar o público-alvo de programas sociais, admitindo o caráter multidimensional da pobreza.

Tabela 5 - Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 ou mais de idade – Ocupados que residem em domicílios em que algum morador recebe dinheiro de programa social do governo federal no mês de referência – Brasil, 2004

Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Brasil		Nordeste		Bahia	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Empregado com carteira	2.150.525	14,9	815.043	10,1	176.347	9,3
Outros Empregados sem carteira	3.295.464	22,8	1.762.754	21,9	457.912	24,2
Trabalhador doméstico com carteira	193.508	1,3	49.884	0,6	9.746	0,5
Trabalhador doméstico sem carteira	1.169.244	8,1	522.051	6,5	122.198	6,5
Conta própria	3.619.905	25,1	2.309.668	28,6	530.116	28,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	1.120.924	7,8	717.698	8,9	92.281	4,9
Trabalhador na construção para o próprio uso	23.166	0,2	8.699	0,1	3.006	0,2
Não-remunerado	2.325.778	16,1	1.603.816	19,9	444.529	23,5
Total das ocupações selecionadas	13.898.514	96,3	7.789.613	96,6	1.836.135	97,07
Total das ocupações	14.429.418	100	8.063.922	100	1.891.489	100

Fonte: Microdados da PNAD 2004, elaboração própria.

Na análise da PNAD 2006 também podemos perceber que as diferenças permanecem entre quem recebe e não recebe dinheiro de programa social de acordo com a Tabela 6, a seguir, mas uma diferença importante pode ser notada. Nesta são apresentadas informações relativas ao acesso a serviços públicos, e para possibilitar a comparação inseriu-se a diferença nos percentuais entre 2004 e 2006 para Brasil, Nordeste e Bahia. Na coluna em que são apresentadas as diferenças percentuais entre 2004 e 2006 é possível verificar que, para Brasil, em quase todos os percentuais de acesso a serviços públicos do grupo 1, ocorreu crescimento. Mas o mesmo não ocorreu para Nordeste e Bahia: o grupo 1 teve percentuais maiores que 2004, entretanto, a aumento foi maior para o grupo 2 no Nordeste, em dois tipos de serviços e para a Bahia também em dois tipos de serviços.

Dois possibilidades podem ser apontadas a partir destes dados: houve um aumento do acesso dos beneficiários aos serviços mencionados; ou apenas ocorreu a inclusão de beneficiários (após 2004) que já possuíam acesso a estes serviços antes de receberem o benefício. A primeira reforçaria uma possível melhoria do acesso aos serviços, como consequência da focalização e canalização de esforços na solução das deficiências crônicas encontradas; já a segunda pode nos levar a crer que não existiu nenhuma mudança em termos de acesso dos mais pobres (especificamente para quem recebeu dinheiro de programa social). Como se trata de pesquisa amostral e abrange um momento de franca expansão do número de beneficiários do programa (do atendimento inicial de mais de 3 milhões de famílias em 2003 para 11 milhões em 2006), não é possível tirar destes dados respostas conclusivas.

¹⁰ É a população com mais de 10 anos de idade que na semana de referência tinha trabalho no setor formal ou informal.

Tabela 6 – Percentual da população com acesso a determinados serviços públicos, Brasil, Nordeste e Bahia, 2004 e variação 2004-2006

Serviços públicos	Percentual da população com acesso a determinados serviços públicos					
	Brasil		Nordeste		Bahia	
	2006	2004-2006 Δ%	2006	2004-2006 Δ%	2006	2004-2006 Δ%
Receberam dinheiro de programa social						
Coleta de lixo	68,4	2,61	57,9	2,22	56,4	0,29
Abastecimento de água de rede geral	84,6	-1,45	88,0	-0,26	89,4	0,64
Esgotamento sanitário adequado	51,4	2,16	43,4	0,86	41,1	-4,77
Iluminação elétrica	94,0	0,64	92,0	0,62	89,1	1,11
Não receberam dinheiro de programa social						
Coleta de lixo	89,8	0,79	79,9	1,63	80,3	2,99
Abastecimento de água de rede geral	89,3	0	91,6	-0,32	93,5	0,14
Esgotamento sanitário adequado	77,3	0,83	62,6	2,34	68,6	4,05
Iluminação elétrica	98,3	0,31	95,9	2,13	94,7	1,52

Fonte: Microdados da PNAD 2006

É possível claramente apontar, a partir das informações da PNAD 2004 e 2006¹¹, que o déficit em diversos aspectos existe para o grupo 1 e deve, portanto, ser alvo de intervenção do Estado visando o enfrentamento destas desigualdades.

No que se refere aos dados do Censo 2010, serão apresentadas a seguir algumas tabelas com informações coletadas baseadas nos microdados. Cabe ressaltar que o Censo se trata de pesquisa mais ampla, pois é censitária, por isso as comparações com uma pesquisa amostral como a PNAD têm limitações. No que se refere a caracterização de quem recebe programa social, no censo 2010, existem duas variáveis diferentes para discriminar quem recebe programa social: uma variável que indica quem tinha rendimento do Programa Bolsa-Família ou PETI e outra variável que indica quem tinha rendimento de outros programas sociais (outro programa social de transferência estadual ou municipal, BPC-LOAS, pensão alimentícia, seguro-desemprego, mesada). A existência desta separação é importante para a análise, por exemplo, dos programas de transferência de renda mais conhecidos e mais abrangentes hoje. Contudo, em função de termos iniciado a divisão dos grupos conforme a variável presente nos dois suplementos da PNAD 2004 e 2006, optou-se por considerar também em 2010 o conjunto de informações sobre quem recebe ou não programa social, considerando também BPC-LOAS e os demais discriminados acima.

Considerando o Censo 2010 destacamos a seguir, na Tabela 7, para Nordeste e Bahia, os percentuais de acesso a serviços públicos. E ao analisar as diferenças entre o grupo 1 e o grupo 2, verifica-se que os padrões de acesso se assemelham ao que foi verificado em 2004 e 2006, pois os beneficiários de programas sociais apresentam menor percentual de acesso em todos os indicadores. No entanto, como seria de se esperar, não é possível comparar os percentuais de acesso a serviços públicos no sentido de verificar o aumento ou não do acesso. O que fica evidente é que os dados do Censo 2010 em relação aos dados da PNAD indicam diferenças existentes entre quem recebe programa social e quem não recebe, reafirmando a deficiência de acesso existente para o grupo considerando mais carente (aquele que recebe programa social). No entanto, os dados de todos os anos estudados ressaltam o quão longo é o caminho tendo como meta a universalização do acesso, não só de quem recebe benefícios sociais, mas dos demais também.

Quando olhamos para a Bahia, é possível verificar que em 2010 a maior parte dos percentuais de acesso a serviços públicos apresentaram-se maiores em relação ao Nordeste, com exceção apenas do acesso a iluminação pública. Obviamente que a Bahia, com 417 municípios, integra uma realidade muito complexa e variada quando se refere a acesso. Quando nos referimos, por exemplo, a percentuais de acesso a esgotamento sanitário adequado, os municípios na Bahia variam de praticamente 0, caso do município de Iramaia (0,19%), a mais de 90% de acesso no município de Salvador. Metade dos municípios no estado da Bahia chega no máximo a 25% de acesso a esgotamento sanitário adequado para toda a população. Apenas 30% dos municípios tem percentuais de acesso a partir de 44%. Isso só reforça a necessidade de estudos que possam compreender estas diferenças, pois a Bahia congrega uma realidade muito diversa.

¹¹ Em relação a esta PNAD, de forma parcial.

Tabela 7 – Características de acesso dos moradores, de domicílios particulares permanentes, aos serviços públicos que receberam ou não dinheiro de programa social – Nordeste e Bahia, 2010 (% da população)

Serviços públicos	Percentual da população com acesso a determinados serviços públicos	
	Nordeste	Bahia
Receberam dinheiro de programa social		
Coleta de lixo	64,8	66,0
Abastecimento de água de rede geral	69,4	73,1
Esgotamento sanitário adequado	38,4	44,0
Iluminação elétrica	96,1	93,3
Não receberam dinheiro de programa social		
Coleta de lixo	73,9	75,2
Abastecimento de água de rede geral	75,6	79,6
Esgotamento sanitário adequado	48,4	55,4
Iluminação elétrica	97,0	95,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo 2010.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 8, para a Bahia, mais de dois terços dos ocupados (62,3%), que moram em domicílios que recebem programas sociais, estão ocupados nas seguintes posições: ‘empregados sem carteira de trabalho’, ‘Conta própria’. Nestas ocupações o trabalhador possui pouca ou nenhuma garantia trabalhista. Essa também é uma das facetas que fortalecem o círculo vicioso da pobreza.

Tabela 8 - Posição na ocupação e categoria no emprego no trabalho principal – Ocupados que residem em domicílios em que algum morador recebe dinheiro de programa social do governo federal – Nordeste e Bahia, 2010

Posição na ocupação e categoria no emprego no trabalho principal	Nordeste		Bahia	
	Pop.	%	Pop.	%
Empregado com carteira de trabalho assinada	264.498	11,5	74.453	11,5
Militares e funcionários públicos estatutários	61.211	2,7	15.075	2,3
Empregados sem carteira de trabalho assinada	877.324	38,2	249.003	38,5
Conta própria	552.275	24	153.673	23,8
Empregadores	5.041	0,2	1.409	0,2
Não remunerados	107.920	4,7	31.145	4,8
Trabalhador na produção para o próprio consumo	429.134	18,7	122.126	18,9
Total das ocupações	2.297.403	100	646.884	100

Fonte: Microdados do Censo 2010, elaboração própria.

Para finalizar, como dissemos anteriormente, no Censo 2010 é possível identificar apenas os beneficiários de transferências de renda PBF e PETI e em função disso coletamos alguns dados para a Bahia para, de forma breve, apresentar algumas considerações levando em conta apenas beneficiários de PBF e PETI.

Foram extraídos dos microdados do Censo 2010, do estado da Bahia, informações relativas a gênero. Conforme dados do Censo 2010, 1.351.161 pessoas recebiam rendimento mensal habitual de programa social PBF ou PETI. No que tange a distribuição, por sexo, dos beneficiários, verifica-se que a maioria (88,8%) são mulheres beneficiárias. Essa é uma característica comum em programas sociais como o PBF, que prioriza a mulher como beneficiária.

No que tange a renda, ao analisar a renda domiciliar per capita observa-se a diferença, pois no domicílio em que há beneficiário de programa social a renda média foi de R\$182,64, enquanto que nos domicílios em que não há beneficiário de programas sociais a renda média domiciliar foi de R\$ 555,27. No corte de gênero, nos domicílios em que há recebimento de benefício, o rendimento domiciliar per capita é menor quando a beneficiária é mulher (R\$173,93), bem menor quando o beneficiário é homem (R\$ 227,97).

No que diz respeito aos indicadores que expressam a inserção ou não no mercado de trabalho, algumas características também marcam as diferenças. Considerando a população que recebe rendimento de programas sociais, 51,5% faz parte da População Economicamente Ativa (PEA) — ou seja, trabalha ou procura trabalho — e 48,5% faz parte da População Não Economicamente Ativa (PNEA) — ou seja, não trabalha e não procura trabalho. Quando analisamos quem é esta PNEA, verificamos que ela é composta unicamente de mulheres.

Comparando dois grupos de beneficiárias a partir da PEA e da PNEA verificou-se um conjunto de indicadores de acesso a bens domiciliares e de infraestrutura, renda, educação entre outros, totalizando 17 indicadores. Em 13 deles a PNEA encontra-se em situação de maior vulnerabilidade¹². Assim, encontramos mais vulnerabilidade quando abrimos os dados e perfil das beneficiárias do PBF e PETI.

No que se refere a posição na ocupação dos beneficiários, observa-se que mais de 80% dos que estão ocupados estão no setor informal (empregado sem carteira de trabalho e conta própria) ou trabalhando na produção para o próprio consumo. No corte de gênero, as mulheres tem um percentual maior em ocupações sem carteira de trabalho assinada, em relação aos homens. A maior parte das(os) trabalhadoras(es) que recebem benefício são trabalhadoras(es) que estão em ocupações elementares (40,5%), trabalhadoras(es) qualificadas(os) da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (28,3%) e trabalhadoras(es) dos serviços, vendedores do comércio e mercados (14,7%). Na distribuição o grupo de indivíduos que recebe benefício social tem um número de filhos maior (média de 3,07) do que o grupo que não recebe benefício (média de 1,88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados apresenta um quadro que confirma a existência de diferenças de acesso aos serviços públicos para aqueles que são alvo de programas sociais e que são considerados pobres. Muito embora esta ainda seja uma análise preliminar dos dados da Bahia, de cunho mais exploratório e descritivo, verifica-se que é preciso continuar a explorar as análises que podem auxiliar no entendimento do acesso a bens e serviços públicos na Bahia, principalmente dedicando-se ao estudo dos municípios.

É possível claramente apontar, a partir das informações da PNAD 2004 e 2006¹³, que o déficit em diversos aspectos existe para o grupo 1 e deve, portanto, ser alvo de intervenção do Estado visando o enfrentamento destas desigualdades.

Considerando o Censo 2010 destacamos que para Nordeste e Bahia as diferenças entre o grupo 1 e o grupo 2 se assemelham ao que foi verificado em 2004 e 2006, pois os beneficiários de programas sociais apresentam menor percentual de acesso. No entanto, os dados de todos os anos estudados ressaltam o quão longo é o caminho tendo como meta a universalização do acesso, não só de quem recebe benefícios sociais, mas dos demais também.

Quando olhamos para a Bahia, citando o exemplo dado relativo ao acesso a esgotamento sanitário verificou-se que a Bahia, com 417 municípios, integra uma realidade muito complexa e variada quando se refere a acesso. Isso só reforça a necessidade de estudos que possam compreender estas diferenças, pois a Bahia congrega uma realidade muito diversa.

E como apontado anteriormente, se é possível indicar maiores vulnerabilidades de acesso, foi possível observar que as mulheres beneficiárias que estão na PNEA tem uma situação ainda mais desfavorável em relação as beneficiárias que estão na PEA, na maioria dos indicadores observados.

Portanto, estamos longe de afirmar que atingimos a universalização. Na ação pública é preciso utilizar estratégias de universalização e focalização ao modo destado por Kernstentzky (2008), de modo a não produzi-las como antagônicas (o que tem sido a prática mais comum), mas como associadas.

¹² Considerou-se os indicadores construídos por Kageyama e Hofmann (2000) para uma pesquisa de condições de vida de famílias agrícolas.

¹³ Em relação a esta PNAD, de forma parcial.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB**, Rio de Janeiro, n.39, 1º semestre 1995, pp.3-40.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 2)
- DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. **Revista Katál.**, v.10, n.1. p.105-114, jan./jun. 2007.
- DRAIBE, Sônia M. Há tendências e tendências: com que estado de bem estar social haveremos de conviver neste fim de século? **Caderno de Pesquisa NEPP**, n.10, 1989.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**. São Paulo, n.17, p. 86-101, mar.-maio, 1993. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n.24, 1991.
- GIMENEZ, Denis Maracci. As agências multilaterais e o gasto social. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, SP., n.2, set./dez. 2005.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004**. Aspectos complementares de educação e acesso a transferência de renda de programas sociais – suplemento. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66141.pdf>> Acesso em: 08/07/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006**. Suplemento: Acesso a Transferência de renda e programas sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38162.pdf>> Acesso em: 08/07/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 – microdados**. 2011. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>
- KAGEYAMA, Angela; HOFMANN, Rodolfo. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Revista Economia – ANPEC**, vol.1, n.2, 2000.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Políticas sociais: focalização ou universalização?** Texto para Discussão, n.9, jan. 2008. Niterói: CEDE/UFF, 2008.
- LAVINAS, Lena; GARSON, Sol. O gasto social no Brasil: transparência, sim, *parti-pris*, não! **Revista Econômica**. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 91-100, 2004.
- MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília, D.F.: IPEA, dez.2001. (Texto para Discussão, nº852)
- POCHMANN, Márcio. Gasto social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In: SICSÚ, João (org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAGI, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Benefícios do Bolsa Família**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php> Acesso em: 25 mar.2019.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pesquisa sobre o acesso da população mais pobre aos serviços públicos em Salvador**. Salvador: SEI, 2008. (Série Estudos e Pesquisas, 79).



SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 4.ed. rev.atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SOARES, Laura T.; SETUBAL, Mariana. O debate sobre o gasto social do governo federal ou “os economistas da Fazenda atacam outra vez”. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.91-100, 2004.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Cortez, 2002.

YAZAKI, Lúcia Mayumi. Maternidades sucessivas em adolescentes no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Disponível em : <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=800&nivel=1>. Acesso em: 09 jan. 2012.